



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## Discurso

### **(Interpelação ao Governo Regional sobre “Políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores”)**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A Representação Parlamentar do PPM decidiu interpelar o Governo Regional a respeito de uma matéria que preocupa, certamente, o Governo Regional e todas as representações e grupos parlamentares aqui representados: as políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores.

Estamos muito preocupados com as notícias chocantes que nos continuam a chegar a este respeito. Os órgãos de comunicação social noticiam, todas as semanas, novos casos de abuso sexual de menores. **Em junho de 2016, a RTP/Açores informava que o número de detenções nos Açores relacionadas com o abuso sexual de menores representa 15% do total nacional.** Trata-se de um número de detenções preocupante, tendo em conta que a população dos Açores representa apenas 2,34 % do total nacional.

No dia 24 de março, o mesmo órgão de comunicação social informava que **“as detenções devido a abusos sexuais a menores têm aumentado de forma significativa nos Açores. Só nos últimos 3 anos foram indiciadas 56 pessoas”.**

Em geral, os órgãos de comunicação social nos Açores têm denunciado, com vigor, um desproporcionado número de casos de abusos sexuais a menores nos Açores.

Noutras áreas, como na maternidade na adolescência, apesar dos grandes progressos registados, os valores alcançados continuam a ser



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

muito preocupantes: **a taxa de fecundidade na adolescência nos Açores duplica a que se regista a nível nacional.**

**O consumo de drogas e de álcool entre os jovens açorianos é muito elevado.** De acordo com o Projeto de Resolução de iniciativa do BE, recentemente aprovado neste Parlamento, “os dados de 2011, que constam do Relatório Anual 2013, identificam consumos preocupantes na população escolar. Assim, e segundo esses dados, 14,7 % dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico, quando questionados sobre os seus hábitos de consumo de substâncias psicoativas, assumiram o seu consumo, pelo menos uma vez, na sua vida (a maior taxa de prevalência de consumo do país). Ainda, segundo os mesmos dados, de 2011, no que concerne à prevalência de consumo nos últimos trinta dias, 9,1 % dos jovens questionados assumiram o consumo de algum tipo de droga (a maior taxa de consumo recente do país)”.

Por outro lado, **o absentismo e o abandono escolar precoce registados na Região continuam, apesar dos progressos registados, a duplicar a média registada a nível nacional.**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Vamos olhar com coragem política para esta matéria. Temos um enorme problema nesta área. Não aceito que se diga que é um problema exclusivamente político, relacionado com más políticas e a escassez de meios financeiros devotados às políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores. Essa é a desculpa fácil.

O problema é muito mais vasto do que isso e a responsabilidade deste estado de coisas recai sobre o conjunto da nossa comunidade. Da cumplicidade e da aceitação social deste tipo de situações. De quem olha para o lado e não age. De quem opta pelo silêncio cúmplice. Da imoralidade e da selvajaria de quem comete este tipo de atos contra crianças indefesas.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Não existem muitos inocentes nesta matéria. Quase todos nós, a começar por quem escreveu este discurso, temos o dever de fazer muito mais do que estamos a fazer. É justo reconhecer que, ainda assim, existem muitos homens e mulheres que estão a fazer tudo o que lhes é possível para salvar o futuro e a felicidade das nossas crianças e jovens. São os heróis de um quotidiano difícil, que merecem o nosso reconhecimento e a nossa admiração.

Eu não posso aceitar que a nossa sociedade, impregnada de valores humanistas e solidários como poucas no mundo, não se empenhe totalmente neste combate pela defesa das nossas crianças e jovens. É urgente que o faça. Como disse um dia Gabriela Mistral, a Prémio Nobel da Literatura cujas obras foram, em parte, editadas por um açoriano da ilha do Corvo, "o futuro das crianças é sempre hoje. Amanhã será demasiado tarde".

Temos de mobilizar a sociedade açoriana no combate a estas chagas sociais. Temos de usar as nossas escolas, as nossas instituições e pedir a ajuda de todos nesta batalha. Temos de divulgar este propósito e de utilizar todos os espaços de informação e interação social para promover esta nossa determinação e prioridade. O Governo Regional deve, lado a lado com o Parlamento, utilizar os meios necessários para mobilizar a sociedade açoriana para este combate civilizacional.

Na minha perspetiva falta-nos isso. Reconhecer a enorme dimensão do problema que estamos a enfrentar e definir como objetivo de todos – numa frente unida que ultrapasse divisões partidárias – a superação desta questão. Eu acho que é possível ganhar esta batalha pela dignidade, segurança e futuro das nossas crianças.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Termino esta intervenção, realizando três últimas referências. Considero que o Comissariado dos Açores para a Infância está a realizar um



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

trabalho notável, que merece ser reconhecido e estimulado. Não lhe devem faltar os meios financeiros adequados.

A segunda referência tem a ver a ver com o facto de eu achar que as nossas escolas não estão a fazer tudo o que podem e devem ao nível da prevenção e da sensibilização das nossas crianças e jovens em áreas como a prevenção dos consumos e a promoção e divulgação dos direitos das crianças e dos jovens e da proteção institucional a que podem acolher-se.

A tutela educativa deve providenciar os meios financeiros necessários e promover um plano estratégico para que seja realizado um esforço de prevenção e mobilização nesta área. A medida da nossa ambição nesta matéria já foi há muito escrita por Joaquim Nabuco: "O pouco serve hoje, o muito amanhã não basta".

Finalmente, quero aqui deixar as questões que motivaram esta interpelação: o que foi feito pelo Governo Regional no âmbito das políticas públicas de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens na Região Autónoma dos Açores e o que projeta o executivo fazer nesta área a curto e médio prazo.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão